

FOSSO SOCIAL Segundo estudo do Banco Mundial, região é a mais desigual do mundo e não saiu do lugar nos últimos 50 anos

Cresce desigualdade entre latinos, diz Bird

FERNANDO CANZIAN
DE WASHINGTON

A América Latina aprofundou sua condição de região mais desigual do mundo durante os anos 90, comprometendo qualquer esforço para a retomada de um crescimento sustentável.

O Brasil, apesar de uma pequena melhora nos últimos anos, segue apresentando um dos maiores abismos entre pobres e ricos no mundo.

As conclusões são do estudo "Desigualdades na América Latina: Rompendo com a História?", de 498 páginas, apresentando ontem pelo Bird (Banco Mundial).

O órgão afirma que a América Latina sofre hoje de "excesso de desigualdade" e defende, especialmente para o Brasil, políticas urgentes de cotas para minorias como forma de "romper o ciclo histórico" que perpetua as diferenças na região.

O trabalho enfatiza que a desigualdade não será eliminada — "como demonstram os últimos 50 anos" — apenas com medidas econômicas.

"A desigualdade na região tem raízes históricas, no processo de colonização, e tem sido reproduzida e mantida ao longo do tempo", diz o economista brasileiro Francisco Ferreira, um dos autores do estudo.

Políticas de inclusão de minorias, acesso a crédito e a propriedades, a serviços básicos (especialmente a educação) e até uma presença maior do Estado — com um consequente fortalecimento das instituições democráticas — são apresentados como "fundamentais" para combater as desigualdades.

O trabalho cruzou pela primeira vez 52 pesquisas realizadas em 3,6 milhões de domicílios de 20 países da América Latina e do Caribe entre 1990 e 2001.

A principal conclusão é que os 10% mais ricos da região detêm hoje 48% da renda total. Na outra ponta, os 10% mais pobres ficam com apenas 1,6% do bolo.

"Com exceção da África subsaariana, a América Latina é mais desigual em qualquer indicador: renda, gastos com consumo, influência política, poder de decisão e acesso a serviços como saúde e educação", diz o estudo.

Nos anos 90, a desigualdade tornou-se "mais uniforme" na América Latina como consequência das crises na Argentina, Venezuela e Uruguai, países antes considerados menos "injustos".

Segundo o estudo, a desigualdade

de no país menos desigual da América Latina — o Uruguai — é maior do que no país mais desigual do Leste europeu e nos países industrializados.

Nesse contexto, o Brasil continua o "mais desigual da região mais desigual". O país só perde em desigualdade de renda para cinco nações africanas: Namíbia, Botsuana, República Centro-Africana e Suazilândia.

Segundo o Banco Mundial, o Brasil foi o "único país a ter uma modesta" melhora nos indicadores de desigualdade na América Latina durante os anos 90.

O índice Gini — uma escala que vai de 0 a 1, na qual 1 é o pior indicador e representa a maior desigualdade possível — do país caiu de 0,59 no início dos anos 90 para 0,57 uma década depois. O índice é um parâmetro internacionalmente usado para medir a concentração de renda.

De resto, todos os outros latino-americanos pioraram.

O caso da Argentina é considerado "dramático", especialmente se for levada em conta uma série histórica mais longa.

De 1974 a 2002, por exemplo, o índice Gini da região metropolitana de Buenos Aires passou de 0,34 para 0,53.

Entrave ao crescimento

Se a desigualdade em si já é ruim, o Banco Mundial destaca ainda que a diferença de padrão entre ricos e pobres na região — no Brasil em especial — é um poderoso entrave a qualquer política de crescimento sustentável.

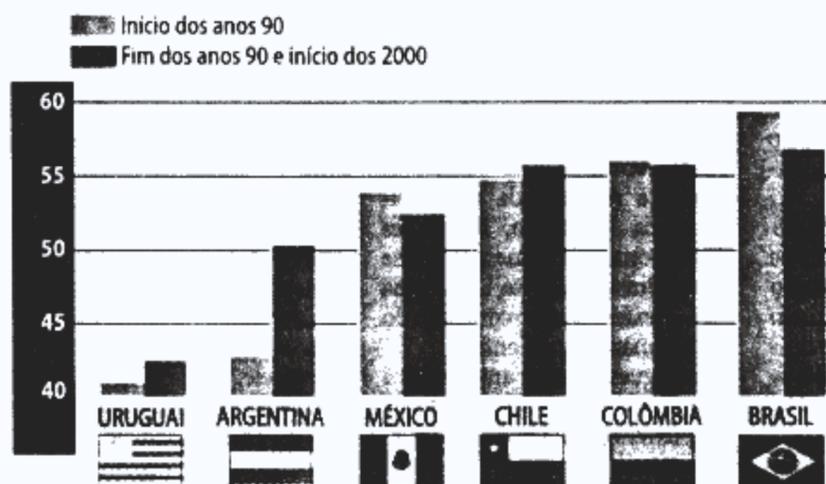
"Além de reduzir mais lentamente a pobreza para cada ponto percentual de crescimento econômico, a desigualdade segura também o próprio ritmo de desenvolvimento", diz o estudo. "No limite, a combinação desses fatores [pobreza, desigualdade e crescimento lento] torna impossível aos países escapar da mais absoluta pobreza."

O Banco Mundial sustenta essa tese ao afirmar que a América Latina não saiu do lugar, em termos de pobreza e desigualdade, nos últimos 50 anos.

"As cinco últimas décadas tiveram ciclos de forte expansão econômica e recessões; modelos de crescimento baseados no consumo interno ou nas exportações; intervenções do Estado e reformas liberais; ditaduras e democracias. Essas mudanças não modificaram em nada a situação de nenhum dos países em termos de distribuição de renda", afirma o trabalho.

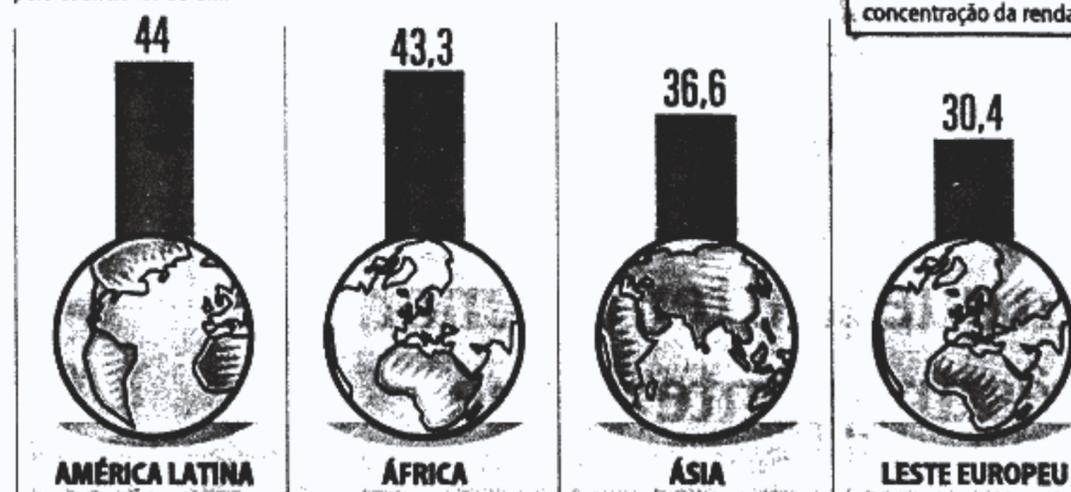
DESIGUALDADES NA AMÉRICA LATINA

Coefficiente de Gini por país da América Latina



Região com maior desigualdade

Distribuição de renda familiar por renda per capita, nos anos 90, média pelo coeficiente de Gini



Fonte: Bird (Banco Mundial)

Editoria de Arte/Folha Imagem

■ No início dos anos 90, a desigualdade social medida pelo coeficiente de Gini era muito maior no Brasil do que nos demais latino-americanos
■ No fim da década passada e início desta, as discrepâncias diminuíram, graças, segundo os autores, aos bons desempenhos de México e Brasil e à estabilidade da Colômbia

O que é Índice Gini
Indicador de concentração de renda que varia de 0 a 1 (ou de 0 a 100). Quanto mais próximo de 1, ou, no caso de 100, maior a concentração da renda

Educação para poucos explica fosso no Brasil

DE WASHINGTON

O estudo do Banco Mundial derruba o mito de que o Brasil é um país de grande mobilidade social — onde os filhos dos mais pobres "sobem na vida" com o tempo.

Segundo o trabalho, comparado com outros países da América Latina, o Brasil tem ainda menos mobilidade.

A principal razão do "fenômeno", segundo o Bird, é o acesso à educação, diretamente relacionado às oportunidades de ascensão.

"Filhos de pais não-educados tendem a se manter também no mesmo nível. Na verdade, o Brasil é um dos países com o menor nível de mobilidade educacional do mundo", diz o trabalho.

O Banco Mundial afirma no estudo que a mobilidade social existente no Brasil está concentrada, basicamente, nos Estados mais desenvolvidos, o que ajuda a perpetuar as diferenças de renda, oportunidades e educação pelo país. (FCZ)

NE prefere trabalhador sem estudo

DE WASHINGTON

Empresas e Estados do Nordeste brasileiro têm preferido e estimulado a contratação de empregados menos educados no país como forma de constituir uma força de trabalho "mais dócil, menos móvel e com menos aspirações", afirma o Banco Mundial.

Em "Os Negócios da Elite e o Medo da Educação", um dos tópicos do trabalho divulgado ontem, o Banco Mundial afirma que "a elite modernizante" no Nordeste prefere contratar pessoas que tenham apenas o ensino primário.

Os governadores nordestinos, diz o estudo, "apóiam a estratégia das empresas" oferecendo uma série de subsídios para treinamento e estimulando a retórica de que seus Estados têm mão-de-obra competitiva em relação a outras economias emergentes.

O trabalho afirma que o Nordeste brasileiro é uma prova de

que "antigos fatores que levam à iniquidade social são impressionantemente adaptáveis" aos governos democráticos.

"A educação primária oferece o básico para que esses trabalhadores, com um pouco de treinamento, se tornem competitivos em relação a regiões nas quais os salários para as mesmas funções são significativamente mais altos."

O estudo acrescenta que várias empresas do Sul do Brasil têm se mudado para o Nordeste atrás dos "estímulos" dos governos.

"Os incentivos [estaduais] privilegiam o treinamento de pequenos grupos de trabalhadores, quando o dinheiro poderia ser aplicado em uma melhora generalizada do ensino público", afirma o estudo.

No Brasil, como exemplo, trabalhadores com mais anos de educação ganham até 6,5 vezes mais, na média, do que a mão-de-obra menos qualificada. (FCZ)

Lula é exceção, diz professor da FGV

CLÁUDIA TREVISAN

DA REPORTAGEM LOCAL

Ao contrário do que faz supor a trajetória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a mobilidade social no Brasil tem limites e não costuma provocar revoluções na vida dos cidadãos, afirma Marcelo Neri, professor da Fundação Getúlio Vargas. "Poucos mudam muito, e muitos mudam pouco."

Segundo Neri, a maioria das pessoas costuma ascender um ou dois degraus na escala social. Lula também é uma exceção quando se consideram as razões da mudança. "Os que mudam muito costumam ter mobilidade educacional", observa o professor.

O grau de escolaridade é o principal fator de transformação na situação social, destaca. Os últimos dados disponíveis, de 1996, mostram que entre os 10% mais pobres da população, 38% tinham educação superior à do pai. Na

faixa dos 10% mais ricos esse valor era de 55%. Isso significa que o grau de mobilidade social era maior no topo da pirâmide, onde a maioria dos filhos estava em melhor situação que a do pai.

Com base na escolaridade, Neri diz que é possível constatar aceleração no grau de mobilidade social no Brasil. Na faixa de pessoas com 15 a 20 anos, 79% tinham educação superior à de seus pais em 1996. O percentual vai diminuindo na medida em que aumenta a idade. Na população de 40 a 45 anos ele é de 41%, na com mais de 70 anos, de 30%. Os dados fazem supor que os mais jovens terão maior possibilidade de ascensão na pirâmide social.

"O investimento em educação é o principal fator no entendimento das diferenças de renda no Brasil", afirma Neri. Segundo ele, esse é o elemento que explica não só a desigualdade, mas o grau de mobilidade social.